



## **10º Simposio de Ensino de Graduação**

### **AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA AS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR**

#### **Autor(es)**

---

MISLENE INACIO DE SOUZA

#### **Orientador(es)**

---

MILTES ANGELITA MACHUCA MARTINS

#### **1. Introdução**

---

As organizações do terceiro setor OTS, também denominadas entidades sem fins lucrativos, captam seus recursos por meio de projetos sociais amparados por subvenções e parcerias com o Estado, recursos adquiridos de atividades executadas pela própria entidade e por doações e parcerias com empresas privadas. Para tanto, a entidade deve estar em conformidade com a lei vigente, principalmente no que se refere ao processo de prestação de contas, para assim dar continuidade a seus projetos através dos recursos adquiridos de terceiros. Nessa perspectiva o desenvolvimento deste estudo é importante não apenas para a entidade, mas também para os alunos que buscam se aprofundar no controle de patrimônio e processo de prestação de contas para entidades do terceiro setor, pois o tema de relevância social tem especificidades e ainda é carente de dedicação. Além disso, o desenvolvimento deste trabalho através da entidade objeto de estudo, permite verificar os relatórios contábeis que melhor atendam às especificidades e necessidades da entidade objeto de estudo, facilitando a criação de projetos futuros para a continuidade de suas atividades e manutenção de seu papel na sociedade. “(...) As organizações do terceiro setor podem designar uma grande variedade de organizações, cujo principal produto é a transformação do ser humano”. Em continuidade Araújo (2005, p.4) enfatiza: [...] sejam sindicatos, associações, igrejas, cooperativas ou quaisquer outras organizações que fazem contraponto ao capital, que não distribuam seu patrimônio aos associados, que ajam independentemente do Estado e de forma autônoma em relação a este, são organizações do terceiro setor. As OTS, em sua maioria, se mantêm de recursos e doações, tanto do Estado quanto de pessoas físicas e jurídicas. Para Araújo (2005, p. 9), “os financiadores enviam recursos para as organizações que, por seu turno, oferecem bens e serviços para os usuários em conformidade com seus objetivos”. No processo de financiamento dessas entidades o poder público possui um papel importante, pois, além de conceder recursos através de contratos, convênios, subvenções e termos de parcerias, concede imunidades e isenções de impostos e contribuições, os quais também devem ser expostos nas demonstrações contábeis, mesmo não havendo a obrigação do pagamento. Isso se justifica pelo fato do Estado não conseguir desempenhar seu papel social de maneira satisfatória. Assim, as organizações se fortalecem com a parceria com o Estado, pois seu papel na sociedade é de suma importância (CONSELHO, 2004, p. 44). Na perspectiva de que a continuidade de uma OTS depende de uma contabilidade transparente, para assim, facilitar aos usuários o entendimento de seus trabalhos e prosseguir financiando seus projetos sociais, questiona-se: A estrutura contábil, bem como os relatórios da entidade objeto de estudo, atende as normas contábeis do terceiro setor, no que se refere aos benefícios fiscais?

#### **2. Objetivos**

---

O objetivo do trabalho é analisar os fatos contábeis da entidade, objeto de estudo, no que se refere ao tratamento contábil dos benefícios fiscais recebidos no exercício de 2009.

#### **3. Desenvolvimento**

---

Com as novas exigências divulgadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e demais órgãos competentes, surgiram muitas dúvidas quanto à forma de contabilização e apresentação das gratuidades obtidas e concedidas pelas organizações sem fins lucrativos, e é neste contexto que este trabalho busca sugerir a melhor forma de evidenciação destas gratuidades, com foco nos benefícios fiscais usufruídos. Para a elaboração deste trabalho, foram utilizadas informações obtidas junto à Associação Guarda Mirim Municipal de Piracicaba, por meio de suas demonstrações contábeis, seus relatórios institucionais e também por meio de entrevistas com seus dirigentes e colaboradores. O principal foco era obter dados específicos para a apuração das gratuidades da entidade e obtenção de informações relacionadas à sua estrutura administrativa e seu formato de gestão. Em anexo apresenta-se o Balanço Patrimonial da entidade objeto de estudo, referente ao exercício de 2009. A Resolução CFC nº 1.305/2010, define a Subvenção governamental como “uma assistência governamental geralmente na forma de contribuição de natureza pecuniária, mas não só restrita a ela, concedida a uma entidade normalmente em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade”. Ainda neste contexto, esta resolução determina que uma subvenção governamental deve ser registrada no resultado como se devida fosse, em outras palavras, na receita específica em contrapartida com a despesa que pretende compensar, não podendo ser evidenciada diretamente no patrimônio líquido. Para análise desta determinação evidencia-se no anexo os valores apurados da entidade objeto de estudo, no que se refere aos impostos e contribuições usufruídas no período de 2009. Os valores apresentados devem ser registrados nas contas de resultado da seguinte forma: D – Impostos e Taxas (Despesas Tributárias) C – Impostos e Taxas – Renúncia da Receita (Passivo) D – Impostos e Taxas – Renúncia da Receita (Passivo) C – Impostos e Taxas – Renúncia da Receita (Variações Patrimoniais – Benefícios Obtidos)

#### **4. Resultado e Discussão**

---

Apesar das operações serem nulas e não terem influência no resultado líquido da entidade, na demonstração do superávit e déficit do exercício é possível identificar os valores dos benefícios obtidos pela imunidade e isenção tributária. Entende-se por imunidade, segundo Conselho (2004, p.44), “decorre de norma Constitucional, que impõe vedações de diversas naturezas ao Poder Público, no que diz respeito à instituição, majoração, tratamento desigual, cobrança de tributos, entre outras limitações”. Já a isenção de Impostos “corresponde a uma renúncia fiscal por parte do Estado” (MANUAL, 2003, p.119), sendo assim, o Estado estabelece impostos, porém através de leis, são observados termos e condições que garantem a não obrigatoriedade do pagamento. Para a melhor forma de evidenciação dos valores apurados dos benefícios fiscais, sugere-se que estes sejam detalhados em Notas Explicativas, para assim melhorar a transparência e compreensão das informações demonstradas nos relatórios contábeis.

#### **5. Considerações Finais**

---

Em análise dos fatos contábeis da entidade objeto de estudo, verifica-se a falta de informações no que se refere aos benefícios fiscais obtidos pela renúncia fiscal, sendo esta de grande importância para a manutenção e obtenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), o qual dá à entidade o direito de receber benefícios fiscais e também permite o recebimento de verbas públicas por meio de Projetos Sociais. Não há dúvidas sobre a importância de se evidenciar esses benefícios, isso garante maior transparência dos recursos públicos. Portanto, é preciso um esforço dos órgãos de classes junto aos profissionais para que essa prática se torne uma realidade. As dificuldades verificadas para a elaboração desta pesquisa estão relacionadas à legislação e aos materiais específicos para a contabilidade aplicada ao terceiro setor, sendo que em sua maioria, as fontes pesquisadas se utilizaram do conteúdo apresentado no Manual de Procedimentos Contábeis para as Entidades sem Fins Lucrativos, elaborado pelo Conselho Federal de Contabilidade, sendo este atualizado em 2004.

#### **Referências Bibliográficas**

---

ARAÚJO, Osório Cavalcante. Contabilidade para as organizações do terceiro setor. São Paulo: Atlas, 2005. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Manual de procedimentos contábeis para fundações e entidades de interesse social. 2. ed. Brasília: CFC, 2004, 180 p. Disponível em: . Acesso em: 24 set. 2009. 12:25'. \_\_\_\_\_. NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, Resolução nº 1.305, de 25 de novembro de 2010. Aprova a NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais. Brasília-DF, 2010, disponível em: . Acesso em: 29 ago. 2012. 22:16'. MANUAL de administração jurídica, contábil e financeira para organizações não governamentais. São Paulo: Peirópolis, 2003.

#### **Anexos**

---

BALANÇO PATRIMONIAL	
Empresa: ASSOCIAÇÃO GUARDA MIRIM MUNICIPAL DE PIRACICABA	
CNPJ/CPF: 44.807980/0001-04	
End.: RUA DO ROSÁRIO 1240 - CENTRO - CEP: 13400-186	
Município: PIRACICABA UF: SP Encerrado em: 31/12/2009	
Período: Janeiro a Dezembro de 2009	
Nome	Valor
<b>ATIVO</b>	<b>598.541,78</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>321.871,93</b>
NUMÉRARIOS	89,44
BANCOS C/ MOVIMENTO	25.565,72
DUPPLICATAS A RECEBER	139.404,91
OUTROS CRÉDITOS	156.789,83
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	22,03
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>276.669,85</b>
IMOBILIZADO	303.898,32
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA	-87.228,67
<b>PASSIVO</b>	<b>598.541,78</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>175.226,38</b>
FORNECEDORES	69.427,98
DÉBITOS SOCIAIS	104.347,69
DÉBITOS FISCAIS	1.650,71
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>423.315,40</b>
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	423.315,40

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	
Empresa: ASSOCIAÇÃO GUARDA MIRIM MUNICIPAL DE PIRACICABA	
CNPJ/CPF: 44.807980/0001-04	
End.: RUA DO ROSÁRIO 1240 - CENTRO - CEP: 13400-186	
Município: PIRACICABA UF: SP Encerrado em: 31/12/2009	
Período: Janeiro a Dezembro de 2009	
Nome	Valor
<b>RECEITA BRUTA OPERACIONAL</b>	<b>1.972.177,27</b>
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.820.405,51
DOAÇÕES	33.262,79
PROJETO FAMÍLIA - FMAS	50.000,00
PROJETO C.E.P. - FUNDECA	63.505,25
FESTA DAS NAÇÕES	170.000,00
PROJETO C.E.P. - INVESTIMENTO PRIVADO	67.636,40
CAMPANHAS FINANCEIRAS	8.590,50
PROJETO BANDA - SEMAC	10.000,00
DOAÇÕES - MATERIAIS	309,27
(-) DEVOL. VALOR NÃO UTILIZADO	-251.061,24
(-) DEVOLUÇÃO DE VALORES	13,79
<b>RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL</b>	<b>1.972.177,27</b>
RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL	1.972.177,27
<b>LUCRO BRUTO OPERACIONAL</b>	<b>1.972.177,27</b>
LUCRO BRUTO	1.972.177,27
<b>DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>-2.199.683,70</b>
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-2.001.138,75
DESPESAS TRIBUTARIAS	-21.169,40
DESPESAS FINANCEIRAS	-15.876,33
DESPESAS OPERACIONAIS	-2.497,30
RECEITAS OPERACIONAIS	25.713,81
DESPESAS PROJETO C.E.P. - FUNDECA	-65.777,07
DESPESAS PROJETO FAMÍLIA - FMAS	-50.520,66
DESPESAS PROJETO C.E.P. - INVESTIMENTO PRIVADO	-8.416,00
DESPESAS PROJETO BANDA - SEMAC	-10.000,00
<b>OPERACIONAL</b>	<b>-227.506,43</b>
<b>DESPESAS/RECEITAS NÃO OPERACIONAIS</b>	<b>69,01</b>
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	-127,69
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	196,70
ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-227.437,42
ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	-227.437,42
<b>LÍQUIDO</b>	<b>-227.437,42</b>

IRPJ E CSLL	
Receita Bruta 2009	R\$ 1.972.177,27
32% Sobre a Receita Bruta	R\$ 631.096,73
IR 15%	R\$ 94.664,51
CSLL 9%	R\$ 56.798,71
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 151.463,21</b>

COFINS	
Receita Bruta 2009	R\$ 1.972.177,27
COFINS 3%	R\$ 59.165,32
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 59.165,32</b>

ISSQN	
Prestação de Serviços 2009	R\$ 1.820.405,51
Aliquota 5%	R\$ 91.020,28
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 91.020,28</b>

Cota Patronal - Previdência Social	
NSS apurado - 2009	R\$ 1.134.785,30
20% Cota Patronal	R\$ 226.957,06
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 226.957,06</b>

TOTAL DOS IMPOSTOS	
IRPJ E CSLL	R\$ 151.463,21
COFINS	R\$ 59.165,32
ISSQN	R\$ 91.020,28
Cota Patronal - INSS	R\$ 226.957,06
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 528.605,87</b>